

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo/MG (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e Lei Municipal 1250, de 08 de Abril de 2015.

CONSIDERANDO que serão criadas, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo, as Câmaras Setoriais Temáticas, de composição paritária entre representantes do governo e da sociedade civil, de caráter permanente ou temporário, formadas por membros titulares, suplentes e convidados, conforme o Art. 26 da Cartilha do Ministério Público de Minas Gerais e o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes do Estado de Minas Gerais – CAODCA;

CONSIDERANDO que as Câmaras Setoriais serão compostas de 01 (um) Presidente, 01 (um) relator e mais 02 (dois) membros, tendo as funções de elaborar estudos, emitir pareceres e propor políticas específicas no âmbito de sua competência, submetendo suas conclusões à apreciação e deliberação da Plenária do Conselho, com regimento interno que regulamentará os trabalhos.

CONSIDERANDO que as Câmaras Setoriais Permanentes terão regimento próprio e suas conclusões serão registradas em ata para arquivo na Secretaria do Conselho;

RESOLVE:

Art. 1º - criar as câmaras setoriais temáticas conforme discriminadas abaixo:

I – CÂMARA SETORIAL PERMANENTE DE POLÍTICAS BÁSICAS E GARANTIAS DE DIREITOS, com os membros: Daniel Dias de Oliveira, como Presidente, Bruna Nogueira Miranda (relatora), Débora Gabriela da Silva Chagas, Camila Souza Ferreira;

II - CÂMARA SETORIAL PERMANENTE DE COMUNICAÇÃO, ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO, com os membros: João Batista Nunes (Presidente), Maurisa Rosa dos Santos (Relatora), Osvaldo Antônio da Silva, Rosiane Roberta Funari;

III - CÂMARA SETORIAL PERMANENTE DE GERENCIAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com os membros: Cláudia Regina Pereira Lourenço (Presidente), Renata Dias e Silva Goulart (Relatora); Livia Lúcia Reis Cunha; Rogério Antunes Leme;

IV - CÂMARA SETORIAL PERMANENTE DE ORÇAMENTO, com os membros: Franciele Alves Paulino Dal' Agnol (Presidente), Cláudia Regina Pires Mundim (relatora), Carla Rodrigues Moreira Montes e Luciene Lúcio Soares;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Monte Carmelo, 14 de dezembro de 2017.

RENATA DIAS E SILVA GOULART

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente



RESOLUÇÃO Nº 47 DO CMDCA – 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo/MG (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e Lei Municipal 1250, de 08 de Abril de 2015.

CONSIDERANDO a reunião ordinária do dia 14 de dezembro de 2017;
CONSIDERANDO a Cartilha MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS

GERAIS, Centro de Apoio Operacional DAS Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes do Estado de Minas Gerais, CAODCA;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Interno das Câmaras Temáticas Setoriais do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Monte Carmelo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

Monte Carmelo, 14 de dezembro de 2017.

RENATA DIAS E SILVA GOULART

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente



RESOLUÇÃO Nº 48 DO CMDCA – 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo/MG (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e Lei Municipal 1250, de 08 de Abril de 2015.

CONSIDERANDO a reunião ordinária do dia 14 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o edital de chamamento público para escolha dos representantes da sociedade civil que integrarão o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Monte Carmelo, biênio 2018/2020;

Art. 2º - O referido edital será publicado no Diário Oficial do Município na data de 18 de janeiro de 2018.

Monte Carmelo, 14 de dezembro de 2017.

RENATA DIAS E SILVA GOULART

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 242](#)

[ACESSE: \[www.montecarmelo.mg.gov.br\]\(http://www.montecarmelo.mg.gov.br\)](#)



Órgão Oficial do Município

Dia 18 de Dezembro de 2017
Lei nº 661 de 09 de abril de 2007

Ano XI

Nº 1358



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
GABINETE DO PREFEITO
Praça Getúlio Vargas, 272, Centro
Fone 34 3842 5880 – Fax 34 3842 5775

LEI Nº 1414 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO PARA O PERÍODO DE 2018 A 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio de 2018 a 2021, em Cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos ANEXOS;

Anexo 01 – Receita por Categoria Econômica
Anexo 02 – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Anexo 03 – Despesa por Categoria Econômica
Anexo 04 – Demonstrativo da Despesa de Pessoal e Limites
Anexo 05 – Despesas por Funções e Sub-Funções
Anexo 06 – Programas por Órgãos e Unidades Orçamentárias
Anexo 07 – Projetos e Atividades por Órgãos e Unidades Orçamentárias
Anexo 08 – Base Estratégica
Anexo 09 – Programas – Objetivos, Ações e Metas

Parágrafo único. O disposto nesta Lei compreende todos os órgãos da Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 2º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de projeto de lei de revisão do plano ou projeto de lei específico.

Art. 3º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, inserindo-se no respectivo programa, as modificações subsequentes.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no *caput* deste artigo fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º - O Poder Executivo poderá alterar as metas fiscais estabelecidas, a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas e a conjuntura do momento.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo, 13 de dezembro de 2017.

SAULO FALEIROS CARDOSO
Prefeito Municipal

BOLIMAR LUCIANO DE OLIVEIRA
Procurador Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



EDITAL 004/2017

O Presidente do Conselho Municipal do Esporte, instituído pela Lei Municipal 855/2010 e suas alterações posteriores, nos termos do Regimento Interno do Conselho, convoca os membros efetivos e ou seus respectivos suplentes, para a **REUNIÃO ORDINÁRIA** do Conselho Municipal do Esporte, a se realizar no dia **22 de dezembro de 2017** de 2017 às 08 horas e 30 minutos, na Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo, situada à Avenida Dona Clara, 647 Centro,

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

com a seguinte ordem do dia:

1 – Deliberação sobre o calendário esportivo de 2018;

Registre-se, publique-se.

Monte Carmelo, 18 de dezembro de 2017.

DEYVID JUNIO DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal do Esporte
Monte Carmelo – MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



EDITAL 005/2017

Os membros do Conselho Municipal do Esporte, instituído pela Lei Municipal 855/2010 e suas alterações posteriores, nos termos do Regimento Interno do Conselho, convocam todos os membros efetivos e ou seus respectivos suplentes, para a **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA** do Conselho Municipal do Esporte, a se realizar no dia **22 de dezembro de 2017** às 09 horas e 30 minutos, na Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo, situada à Avenida Dona Clara, 647 Centro, com a seguinte ordem do dia:

1 – Aprovação de novo regimento interno do Conselho Municipal, conforme;

Registre-se, publique-se.

Monte Carmelo, 18 de dezembro de 2017.

André Luiz Lemes
Brunno Henrique Alves da Silva
Cassio Rosano Batista de Souza
Deyvid Junio da Silva
Paulo César de Souza
Jair Rocha do Prado
Márcia Regina Gonçalves Cardoso
Paulo Henrique Teixeira Nunes
Wander Vasconcelos
Ricardo de Castro Silva
Claudio Costa
Leonardo Rocha Cardoso

PROPOSTA DO REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE

CAPÍTULO I
DO CONSELHO E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 1º - O Conselho Municipal de Esporte e Juventude é de caráter deliberativo, consultivo, normativo.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Esporte e Juventude é vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo.

Art. 3º - A constituição e as atribuições do Conselho Municipal de Esporte e Juventude são fixadas em Lei Municipal.

CAPÍTULO II
Seção I
DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Art.4º - O Conselho Municipal de Esporte e Juventude será constituído por 12 (doze) membros titulares e 12 membros suplentes:
I- Representantes do Operário Esporte Clube.
II- Representantes da Liga Esportiva Carmelitana.
III- Representantes da Associação Atlética do Banco do Brasil.
IV- Representantes da Secretaria Municipal de Saúde.
V- Representantes dos Professores de Educação Física credenciados ao CREF, indicado pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo.

18/12/17	
VI- Representantes de atletas armadores (indicado pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo).	
VII- Representantes da Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Turismo.	
VIII- Representantes da Câmara Municipal de Monte Carmelo.	
IX- Representantes da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social.	
X- Representantes da Universidade Federal de Uberlândia- Campus Monte Carmelo.	
XI- Representantes da Fundação Carmelitana Mario Palmeiro (FUCAMP).	
XII- Representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura”.	d) funcionamento do Conselho; e) determinar despesas, encaminhando-as ao Gestor do Esporte, Lazer e Turismo; f) representar o Conselho e delegar representação; g) solicitar as providências e recursos necessários ao atendimento dos serviços do Conselho; h) cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do colegiado; i) distribuir os processos à comissão competente, se necessário; j) elaborar e apresentar relatório anual; k) comunicar ao Prefeito Municipal o término do mandato dos membros do Conselho; l) desempenhar todas as atribuições inerentes ao cargo.

§ 1º: Ocorrendo vaga no Conselho por renúncia, morte ou incompatibilidade de função de algum de seus membros, será nomeado um novo Conselheiro, de conformidade com o artigo 4º do presente Regimento, que completará a mandato de seu antecessor, através da entidade a ele pertencente indicará o nome de outro membro.

§ 2º: Caberá ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer eleger uma Comissão Executiva composta de 05 (cinco) membros assim discriminados:
I - Presidente;
II - Vice-Presidente;
III- Secretário Geral;
IV- Secretário;
V- Diretor de Evento

Art.5º - O Conselho Municipal de Esporte e Lazer reunir-se-á **mensalmente**, sendo divulgado o calendário de reuniões, com horário e local estabelecidos. As reuniões extraordinariamente quando convocado pela executiva ou maioria de seus membros (metade mais um), mediante manifestação escrita, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Art.6º - As deliberações de qualquer natureza serão tomadas somente por voto da maioria simples dos conselheiros presentes.
Parágrafo único – Dependerá do voto da maioria absoluta:
I – a eleição da Comissão Executiva
II – a aprovação da proposta de alteração deste Regimento.

Art. 7º - Os atos propostos tomarão a forma de Resolução, Parecer ou Indicação e serão assinados pelo Presidente e votados pelos conselheiros presentes.
§ 1º - Resolução é o ato pelo qual o Conselho normatiza a matéria de sua competência normativa de caráter geral.
§ 2º - Parecer é o pronunciamento sobre matéria submetida ao Conselho, podendo ser de natureza vinculante ou opinativo, dependendo da natureza do mesmo.
§ 3º - Indicação é o ato pelo qual o Conselho propõe medidas, com vistas à expansão e qualidade do Esporte e Juventude no Município.
Parágrafo único – As Resoluções aprovados pelo Conselho Municipal de Esporte e Juventude só terão validade após a homologação do Secretário Municipal de esportes, Lazer e Turismo e Publicadas pelo Poder Executivo. Os Pareceres aprovados pelo Conselho Municipal de Esporte e Juventude só terão validade após o deferimento da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Turismo do Município de Monte Carmelo - MG.

Art. 8º – As Resoluções e Indicações homologadas terão numeração corrida e, como referência, a data da respectiva aprovação; os Pareceres terão numeração renovada anualmente, bem como ofícios expedidos.

SEÇÃO II DA COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE E JUVENTUDE.

Art. 9º - A Comissão Executiva do Conselho Municipal de Esporte e Juventude terá: Presidente; Vice-Presidente; Secretário Geral; Secretário e Diretor de Eventos.

§ 1º - A duração do mandato da Comissão Executiva será de 2 (dois) anos, tendo direito a uma recondução;
§ 2º - Em seus impedimentos o Presidente será substituído preferencialmente pelo Vice-Presidente.

§ 3º - O Presidente, quando funcionário municipal, terá no mínimo 2 horas semanal de seu regime de trabalho exclusivas para atender o Conselho Municipal de Esporte e Juventude.

Art. 10º - Compete ao Presidente:

- a) convocar e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias;
- b) aprovar a pauta de cada reunião e a ordem do dia;
- c) tomar as providências necessárias para o regular

I - Convocar e presidir as sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal de Esporte e Juventude;

II - Cumprir e encaminhar as resoluções deliberadas pelo Conselho Municipal de Esporte e Juventude;

III - Deliberar, nos casos de urgência, comunicando os fundamentos da decisão ao Conselho Municipal de Esporte e Juventude, sendo esta podendo ser mantida ou reformulada;

IV - Delegar tarefas e membros do Conselho, quando julgar conveniente.

Art. 12 - Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos.

Seção III DAS COMISSÕES

Art. 13 – Ao Conselho Municipal de Esporte e Juventude é facultado formar comissões provisórias ou permanentes, objetivando apresentar projetos e propor medidas que contribuam para a concretização de suas políticas.

Seção IV DA SECRETARIA

Art. 14 – Compete ao Secretário:

a)-Comparecer às sessões plenárias e elaborar as atas respectivas;
b)-Submeter a despacho e assinatura do Presidente o expediente e documentos que devem ser por ele assinados;
c)-Expedir convocações para as reuniões e secretariá-las;
d)-Coordenar a organização e atualização da correspondência, arquivos, documentos;
e)-Colaborar na elaboração do relatório anual;
f)-Desincumbir-se de todas as tarefas relativas à função.
Parágrafo único – É expressamente vedado à secretaria entregar processos ou documentos pessoas estranhas ao Conselho.

Art. 15 – O Conselho disporá de uma assessoria técnica, a quem competirá:

a)-Realizar estudos e pesquisas necessárias ao embasamento dos pareceres, resoluções e indicações;
b)-Assessorar as comissões quando solicitado;
c)-Desincumbir-se das tarefas que lhe forem solicitadas pela Presidência ou pela Comissão Executiva do Conselho Municipal de Esporte e Juventude:

CAPÍTULO V DOS CONSELHEIROS

Art. 16 – O mandato dos Conselheiros será de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos ao cargo para mais 02 (dois) anos.

Art. 17 - São competências do Conselho Municipal de Esporte e Juventude:

O Conselho Municipal de Esporte e Juventude tem as seguintes competências básicas:
I - Desenvolver estudos, projetos, debates, pesquisas relativas à situação do esporte e lazer no Município;
II - Contribuir com os demais órgãos da administração municipal no planejamento de ações concernentes a projetos de recreação e esporte;
III- Acatar propostas e sugestões manifestadas pela sociedade e opinar sobre denúncias que digam respeito a programas, competições e eventos culturais da cidade;
IV- Propor aos poderes públicos a instituição de concursos para

financiamento de projetos e concessão de prêmios como estímulo às atividades.
V- Baixar normas complementares, para regulamentar Campeonatos e eventos ligados ao Esporte e Juventude Municipal;
VI- Manifestar-se sobre assuntos de natureza do Esporte e Juventude que lhe forem submetidas pelo Prefeito Municipal, Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, organismos e/ou entidades que integram o Conselho Municipal de Esporte e Juventude;
VII- Participar da elaboração e acompanhar a execução do Plano Municipal de Esportes;
VIII- Reformular este Regulamento que será aprovado pelo Poder Executivo Municipal;
IX- Exercer outras atribuições previstas em lei ou que lhe forem conferidas.
X- Estabelecer as prioridades sobre o orçamento destinado à políticas públicas de esporte e Juventude, bem como, a fiscalização da sua aplicação.

Art. 18 - Perderá o mandato o conselheiro que, sem justificar a ausência, faltar a três reuniões consecutivas ou cinco intercaladas durante o ano.

Art. 19 – O Conselho Municipal de Esporte e Juventude terá um período anual de recesso, correspondente ao mês de janeiro.

Art. 20 – A função de conselheiro é considerada de relevante interesse público e seu exercício terá prioridade ao de qualquer outra função exercida pelo conselheiro.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho Municipal de Esporte e Juventude não receberão jetons ou outras formas de gratificação.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 – Funcionará em caráter permanente a Comissão Executiva.

Art. 22 – Os atos normativos de caráter geral, além de divulgados aos interessados, serão afixados no painel de divulgação de atos oficiais do Município.

Art. 23 – O comparecimento dos Conselheiros às reuniões plenárias será comprovado pela assinatura em livro próprio.

Art. 24 – Poderão ser convidadas a comparecer às reuniões autoridades, especialistas e outras pessoas, a fim de prestar esclarecimentos sobre a matéria em discussão e participar dos debates, vedada, porém, a emissão de voto.

Art. 25 – As reuniões deverão ser presididas em local de livre acesso. Para a participação da comunidade, vedadas, porém, a emissão de voto.

Art. 26 – As omissões e as dúvidas de interpretação e execução deste Regimento serão resolvidas pelo plenário do Conselho.

Art. 27 – O presente Regimento poderá ser alterado, de acordo com a legislação vigente, pela aprovação da maioria absoluta dos integrantes do Conselho Municipal de Esporte e Juventude em reunião convocada especificamente para tal fim.

Art. 28 – Fica revogado o regimento interno, homologado pelo Decreto 1122 de 01 de abril de 2013.

Art. 29 – Este Regimento entrará em vigor na data da sua homologação pelo Prefeito Municipal.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE**
Lei Municipal nº1250 de 08 de Abril de 2015.
Praça Celso Bueno, 24 - Centro - Cep: 38500-000
Monte Carmelo - Estado de Minas Gerais

**CMDCA
MONTE CARMELO/MG**

RESOLUÇÃO Nº 44 DO CMDCA – 08 DE NOVEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO”.

18/12/17
O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo/MG (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e Lei Municipal 1250, de 08 de Abril de 2015.

CONSIDERANDO, reunião do dia dezesseis de Agosto de 2017, às dezesseis horas e quarenta minutos,.ocorrida no Fórum Tito Fulgêncio, de Monte Carmelo, com a presença da rede de atendimento e proteção à criança e ao adolescente, a 1º Vara da Infância e Juventude, Ministério Público e Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a implantação do Plano Municipal de Atendimento das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto – Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) e Liberdade Assistida (LA) – que será desenvolvido em parceria com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), cujo objetivo é atender adolescentes de 12 a 18 anos incompletos com problemas na justiça (atos infracionais) e familiares, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF e PAEFI) para reinserção social e fortalecimento de vínculos.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE**
Lei Municipal nº1250 de 08 de Abril de 2015.
Praça Celso Bueno, 24 - Centro - Cep: 38500-000
Monte Carmelo - Estado de Minas Gerais

**CMDCA
MONTE CARMELO/MG**

RESOLUÇÃO Nº 45 DO CMDCA – 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA ADESAO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO AO SIPIA – SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.”

RESOLUÇÃO Nº 45 DO CMDCA – 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

**CMDCA
MONTE CARMELO/MG**
“DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA ADESAO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO AO SIPIA – SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.”

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Monte Carmelo/MG (CMDCA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e Lei Municipal 1250, de 08 de Abril de 2015.

CONSIDERANDO a reunião ordinária do dia 08 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a adesão do município de Monte Carmelo ao Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA, cujo objetivo é registrar e tratar as informações sobre as decisões governamentais das políticas para crianças e adolescentes, garantindo-lhes acesso à cidadania, sendo uma ferramenta importante a ser utilizada pelo Conselho Tutelar para o monitoramento dos dados sobre a violação dos direitos da Criança e do Adolescente, fornecendo, através de informações agregadas, dados primários sobre violações de direitos apontando as necessidades prioritárias desse segmento populacional.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE**
Lei Municipal nº1250 de 08 de Abril de 2015.
Praça Celso Bueno, 24 - Centro - Cep: 38500-000
Monte Carmelo - Estado de Minas Gerais

**CMDCA
MONTE CARMELO/MG**

RESOLUÇÃO Nº 46 DO CMDCA – 14 DE DEZEMBRO DE 2017.